

# **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: a percepção da população de Juiz de Fora-MG sobre os serviços prestados pelo SUS**

**Caroline de Souza Reiff Almeida**  
**aluno.caroline.reiff@doctum.edu.br**  
**Doctum**

**Fernanda Matos de Moura Almeida**  
**fernandamoura15@gmail.com**  
**Doctum**

**Carlos Antonio Leitoguinho Bitencourt**  
**carlos.bitencourt@doctum.edu.br**  
**Doctum**

**Natan de Oliveira Caires**  
**prof.natan.caires@doctum.edu.br**  
**Doctum**

**Resumo:** Este estudo tem como objetivo analisar os fatores que ocasionam as grandes filas de espera de cirurgias eletivas na saúde pública e também ver a percepção da população de Juiz de Fora sobre os serviços prestados pelo SUS, bem como analisar a transparência dos dados oferecidos à população. Este trabalho abordou os seguintes tópicos: O sistema único de saúde, financiamento do SUS, cirurgias eletivas e o SUS na pandemia. A metodologia desta pesquisa se estabeleceu em descritiva, bibliográfica e levantamento de dados. O instrumento de coleta de dados utilizado foi um questionário aplicado à população do município de Juiz de Fora-MG e para a gestora das cirurgias eletivas. Os resultados da pesquisa mostram a visão da população sobre os serviços prestados pelo SUS e como a gestora avalia os atendimentos fornecidos aos cidadãos, ressaltando que os motivos das longas filas de espera não é um problema que se atrela exclusivamente à falha da prefeitura. Entende-se que o motivo das longas filas de espera é pela falta de comprometimento da população que não desmarcar seus procedimentos de forma correta, provocando assim uma demora maior para que a lista de espera consiga evoluir de forma positiva. Outro ponto indicado foi a falta de transparência da prefeitura de Juiz de Fora ao fornecer informações à população.

**Palavras Chave:** Saúde pública - cirurgias eletivas - SUS - Juiz de Fora-MG -

## 1. INTRODUÇÃO

A Constituição Federal definiu, em seu artigo 196, que a saúde é direito de todos e dever do Estado. Para alcançar este objetivo, foi criado o Sistema Único de Saúde (SUS), de acordo com as diretrizes de descentralização, atendimento integral e participação popular, respeitando os princípios de universalidade, integralidade e igualdade, firmados na própria Constituição (Brasília, 1988).

Segundo o Conselho Nacional de Saúde, o SUS representa uma conquista para a sociedade brasileira porque promove a justiça social, com atendimento a todos os indivíduos. Além disso, é o maior sistema público de saúde do mundo, atendendo cerca de 190 milhões de pessoas, 80% delas dependem exclusivamente do sistema para tratar da saúde (Conselho Nacional de Saúde, 2024).

Ao longo dos 20 anos de existência, o SUS avançou historicamente com medidas de descentralização e a municipalização de ações e serviços, o fortalecimento da atenção básica; a ampliação de ações de prevenção a doenças, porém, apesar dos avanços que o SUS representou ao país, o processo financeiro está entre os principais problemas enfrentados desde a sua criação, comprometendo a prestação de um serviço de qualidade acessível a todos, gerando insatisfações e grandes filas de espera (Conselho Nacional de Saúde, 2024).

A missão do sistema único de saúde (SUS) é fornecer ações e serviços para a atenção integral à saúde da população, com qualidade, por meio de redes de atenção resolutivas, gestão eficiente dos recursos e desenvolvimento regional.

Será que a atenção está realmente sendo resolutiva e eficiente, para acabar com as extensas filas de espera nas cirurgias eletivas?

O objetivo geral deste trabalho é identificar os possíveis motivos das longas filas de espera no SUS de Juiz de Fora-MG para realização de cirurgias eletivas. Com os objetivos específicos de: investigar quais os serviços do SUS mais utilizados pela população; identificar quais as cirurgias que demandam mais tempo a serem executadas e quais cirurgias eletivas têm uma maior demanda reprimida.

Hipóteses da pesquisa:

H<sub>1</sub>: A falta de direcionamento das verbas é o principal motivo para aumentar a fila de espera de cirurgias eletivas em Juiz de Fora-MG;

H<sub>2</sub>: A tabela vigente está defasada ao ponto de gerar insatisfação entre os prestadores ocasionando longas filas de espera nas cirurgias eletivas.

Diante de tal contexto este trabalho se faz necessário, por observar-se que o SUS (Sistema Único de Saúde) torna-se precário com relação aos serviços fornecidos aos cidadãos, principalmente a demanda de cirurgias eletivas. Essa informação é importante para a sociedade que depende de tais serviços.

O que motivou a realização desta pesquisa foi a necessidade de assimilar melhor como funciona a demanda de cirurgias eletivas além de entender como funciona a gestão administrativa, visto que tem uma grande fila de espera para realização das mesmas, e para compreender como são distribuídos os recursos financeiros e se há destinação correta.

Este trabalho contribui academicamente na área de gestão administrativa por apresentar uma análise dos atendimentos realizados no Sistema Único de Saúde (SUS), e aspecto financeiro da gestão administrativa do SUS contribuindo com os conhecimentos já adquiridos referentes à gestão pública.

Esta pesquisa se classifica metodologicamente como descritiva, bibliográfica e de levantamento de dados, com uso de questionário aplicado à gestora de cirurgias eletivas do município e 50 usuários do sistema SUS.

## 2- O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

Em 19/9/1990 foi assinada a Lei nº 8080 que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços

correspondentes, instituindo o Sistema Único de Saúde (SUS) (Biblioteca Virtual em Saúde, 2024).

O SUS é um sistema de saúde pública abrangente que vai desde a medição da pressão arterial na Atenção Primária, até os transplantes de órgãos que são procedimentos mais complexos, garantindo acesso universal a todos os brasileiros e de forma gratuita. Desde sua implementação, o SUS oferece acesso sem discriminação, e promove o direito de todos os cidadãos à saúde ao longo de suas vidas, com foco na qualidade de vida, na prevenção de doenças e atendimento igualitário aos serviços de saúde. Seus princípios fundamentais incluem a universalização, garantindo que todos tenham acesso à saúde independente de suas características pessoais; a equidade, que busca diminuir as desigualdades com um investimento maior onde há mais necessidade; e a integralidade, que trata as pessoas de forma completa, atendendo a todas as suas necessidades de saúde e promovendo a integração entre diferentes políticas públicas para melhorar a qualidade de vida da população (Biblioteca Virtual em Saúde, 2024).

Conforme determinado na Constituição Federal, o Sistema Único de Saúde (SUS) é composto por 3 esferas que são: Ministério da Saúde, Estados e Municípios, cada um com suas responsabilidades específicas. O Ministério da Saúde conduz nacionalmente o SUS, sendo responsável pela formulação, normatização, fiscalização, monitoramento e avaliação das políticas e ações de saúde, em colaboração com o Conselho Nacional de Saúde. Ele atua na Comissão Intergestores Tripartite para negociar o Plano Nacional de Saúde e inclui em sua estrutura diversos órgãos, como Fiocruz, Funasa, Anvisa, ANS, Hemobrás, Inca, Into e oito hospitais federais (Ministério da Saúde, 2024).

As secretarias estaduais de saúde participam da elaboração das políticas e ações de saúde, oferecendo suporte aos municípios em cooperação com o conselho estadual e participando da Comissão Intergestores Bipartite (CIB) para aprovar e implementar o plano estadual de saúde.

As secretarias municipais de saúde são responsáveis pelo planejamento, organização, controle, avaliação e execução das ações e serviços de saúde, em colaboração com o conselho municipal e a esfera estadual para aprovar e implementar o plano municipal de saúde.

A administração gerencial do SUS busca modernizar a gestão pública, alterando os critérios de controle dos serviços públicos, as relações entre o Poder Público e seus servidores e enfatizando a eficiência, qualidade e efetiva realização do regime democrático, com maior participação dos cidadãos (Coelho, 2000).

Diante de suas diversas responsabilidades, o SUS desempenha um papel crucial na saúde pública, fornecendo desde serviços básicos, como medição da pressão arterial na atenção primária, até procedimentos complexos como transplantes de órgãos, garantindo acesso integral, universal e gratuito à população brasileira.

## 2.1 FINANCIAMENTO DO SUS

Ficou definido pela constituição federal de 1988 que as esferas federais, municipais e estaduais têm de financiar o SUS, assegurando os recursos financeiros para arcar com as despesas da saúde pública. Todavia, esse planejamento financeiro tem sido uma questão complexa por ter que conciliar em assegurar a integralidade e a universalidade do sistema (Brasília, 1988).

A falta de recursos nos municípios e a limitação de orçamento, torna urgente a necessidade de superar esses problemas. Fazendo com que haja discussões frequentes pautadas nas agendas de movimentos políticos e sociais que lutam por um sistema melhor (Pense Sus, 2023).

A lei complementar nº141 de 13 de janeiro de 2012 define os percentuais de investimento financeiro dos estados, municípios e União no SUS. Devido a esta Lei se deve investir todo ano, 15% no mínimo, de arrecadação de impostos em serviços públicos de saúde e ações vindos dos municípios e do Distrito Federal, restando assim a aplicação de 12% aos estados. Referente à União, o montante aplicado deve corresponder ao valor destinado no ano

anterior, acrescentando o percentual relativo à variação do PIB (Produto Interno Bruto) do ano que antecede a lei orçamentária (Pense SUS, 2023).

Instituições, no entanto, solicitam que a União destine pelo menos 10% de suas receitas brutas para a saúde pública, o que não ocorreu devido à lei nº141. Por esse exposto foi criado o movimento nacional de defesa à saúde pública, chamado SAÚDE+10, com a intenção de conseguir coletar assinaturas para criar um projeto de lei que garanta o repasse do percentual desejado, mudando assim a legislação atual. Outra questão muito importante levantada a partir do subfinanciamento da saúde é a pauta entre público x privado, já que muitas vezes o recurso público acaba sendo destinado ao serviço privado (Pense SUS, 2023).

Atualmente os recursos federais designados são divididos em dois componentes de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar.

- Limite Financeiro da Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar (MAC) que inclui os incentivos de custeio e é transferido de forma regular e automática aos fundos de saúde dos estados, DF e municípios;
- Fundo de Ações Estratégicas e Compensação (FAEC), cuja finalidade é financiar procedimentos e políticas consideradas estratégicas, bem como novos procedimentos incorporados à Tabela do SUS.

Os recursos financeiros só são disponibilizados após a conferência da produção dos estabelecimentos de saúde registrados, essa apuração é feita pelos gestores dos sistemas de informação ambulatorial e hospitalar SIA/SIH (Ministério da saúde, 2022).

## 2.2 CIRURGIAS ELETIVAS

Toda cirurgia programada sem caráter de urgência é considerada eletiva. Os serviços de MAC e FAEC também podem ser encaixados na realização de cirurgias eletivas.

Conforme a Portaria nº1.919 do Ministério da Saúde, “procedimento cirúrgico eletivo é todo aquele atendimento prestado ao usuário em ambiente cirúrgico, com diagnóstico estabelecido e indicação de realização de cirurgia a ser realizada em estabelecimento de saúde ambulatorial e hospitalar com possibilidade de agendamento prévio, sem caráter de urgência e emergência” (Brasil, 2010).

No ano de 2016 foram apontadas 1.905.306 cirurgias eletivas no recurso do MAC (Média e Alta Complexidade). A demanda por cirurgias eletivas é grande e segundo os dados fornecidos pelo ministério da saúde no ano de 2017 o total de cirurgias aguardando realizações era de 880.559, a maior parte na área de traumatologia e ortopedia com 182.003 pedidos de cirurgias e boa parte também para cirurgias gerais com 161.219 casos (Ministério da Saúde, 2022).

O projeto de Lei nº1.459 de 2015, visa que as cirurgias que forem consideradas sensíveis ao tempo, mesmo sendo eletivas, deverão ser realizadas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, seja ela feita no âmbito do SUS - Sistema único de saúde ou pelos planos de saúde regidos pela Lei nº 9.656 (PROJETO DE LEI N.º 1.459, 2015).

Já no ano de 2023 a fila de espera se encontrava com aproximadamente 4.800, gerando uma queda de 20% nas cirurgias eletivas (Tribuna de Minas, 2023).

No município de Juiz de Fora-MG, observou-se que há uma grande demanda para realização das cirurgias eletivas, no ano de 2022 foi divulgado em uma audiência pública na câmara municipal que o número de pacientes para cirurgias eletivas estava perto de 6 mil pessoas (G1-ZONA DA MATA, 2022).

## 2.3 O SUS NA PANDEMIA

A pandemia afetou bastante os atendimentos do sistema único de saúde. Em um ano e meio houve uma redução de 9,9% de internações, equivalente a 1,7 milhões, mesmo com o volume de pessoas internadas devido a Covid-19.

Houve um colapso no sistema de saúde durante o período de pandemia, afetando também outros serviços de rotina (Icict/Fiocruz, 2021).

Alguns pesquisadores constataram que o governo federal não levou em consideração a necessidade de alguns estados e municípios que precisavam de maiores transferências de

recursos federais devido a sistemas de saúde com maior fragilidade. Isso resultou em gastos proporcionalmente maiores em áreas mais vulneráveis em comparação com regiões mais prósperas e com sistemas de saúde mais robustos. Embora tenha ocorrido uma injeção de recursos aumentando o número de leitos expressivamente, mesmo que de forma tardia devido a demora de medidas provisórias do governo federal (Portal FGV, 2022).

O aspecto mais preocupante, é que essas iniciativas não foram o suficiente para impedir o atraso ou cancelamento de procedimentos não destinados a COVID-19 durante a pandemia. Pesquisadores relatam uma redução de procedimentos de triagens em 42,6%; diagnósticos 28,9%; consultas médicas 42,5%; cirurgias de baixa e média complexidade 59,7%; cirurgias de alta complexidade 27,9%; transplantes 44,7% e tratamentos e procedimentos clínicos por lesões de causas externas 19,1%. A queda mais enfática nos procedimentos ocorreu no primeiro trimestre da pandemia, seguido de aumento gradual, onde a maioria das regiões ainda não tinha se recuperado até o final de 2020 (Portal FGV, 2022).

O pesquisador Diego Xavier, do Instituto de Comunicação e Informação em saúde, explica que “o que esses dados mostram é o tamanho do impacto que a COVID-19 provocou em todo o sistema público de saúde. Tivemos uma diminuição expressiva das internações e cirurgias eletivas”. Essas reduções mostram um cenário com falta de assistência, com um grande índice de atendimentos que ficaram represados (Icict/Fiocruz, 2021).

### 3 METODOLOGIA

O objeto de estudo desta pesquisa é a gestão pública na área da Saúde, no município de Juiz de Fora-MG. Como população e amostra, esta pesquisa apresenta o seguinte cenário: a gestora da Secretaria de Saúde e pacientes que estiveram nos Postos de Saúde no período de aplicação do questionário (de 20/04 a 03/05/2024).

Classificação da pesquisa: descritiva, bibliográfica e de levantamento de dados de acordo com ensinamentos de Gil (2022).

A pesquisa envolve uma coleta de dados, por meio de questionários aplicados à gestora de cirurgias eletivas de Juiz de Fora- MG e 50 pacientes que estiveram no Posto de Saúde Central no período de realização da pesquisa. O questionário foi aplicado no posto de saúde central da cidade, garantindo o anonimato nas respostas.

Esta pesquisa foi realizada em Juiz de Fora, um município brasileiro no interior do estado de Minas Gerais. Localiza-se na Zona da Mata Mineira, a sudeste da capital do estado. Sua população foi contada, no ano de 2023, em 540.756 habitantes, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sendo então o quarto mais populoso de Minas Gerais (G1, Zona da Mata, 2023).

### 4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

A seguir estão expostos os dados adquiridos na pesquisa. Durante o preenchimento do questionário, os participantes poderiam escolher mais de uma opção, o que justifica percentuais de resposta superiores a 100%.

#### 4.1 PESQUISA REALIZADA COM A POPULAÇÃO

Quanto ao gênero, foi constatado que 45,8% dos entrevistados são mulheres, 52,1% são homens e 2,1% optaram por não informar. Ainda analisando o perfil dos respondentes, participaram da pesquisa pessoas com idade entre 17 a 39 anos 80% e de 43 a 76 anos 20%. Os respondentes são de diversas partes de Juiz de Fora como mostra o quadro abaixo:

Descrição	Quantidade	Descrição	Quantidade
-----------	------------	-----------	------------

Araujo	4,00%	Nova Era 1	2,00%
Bairu	2,00%	Nova Era 2	2,00%
Barbosa Lage	2,00%	Parque Guarani	2,00%
Benfica	2,00%	Progresso	2,00%
Borboleta	2,00%	Santa Cruz	4,00%
Carlos Chagas	4,00%	Santa Luzia	4,00%
Eldorado	4,00%	Santa Paula	2,00%
Francisco Bernardino	2,00%	Santo Antônio	2,00%
Granjas Triunfo	2,00%	Santos Anjos	6,00%
Ipiranga	4,00%	São Francisco de Paula	6,00%
Jardim de Alá	4,00%	São Judas Tadeu	6,00%
Jardim Natal	2,00%	São Mateus	2,00%
Jóquei Clube	2,00%	São Pedro	6,00%
Linhares	6,00%	Terras Altas	2,00%
Marilândia	2,00%	Vale Verde	2,00%
Marumbi	2,00%	Vitorino Braga	2,00%
Náutico	2,00%	-----	----

**Quadro:** Localização dos respondentes – bairro em que residem

**Fonte:** Dados coletados na pesquisa, 2024.

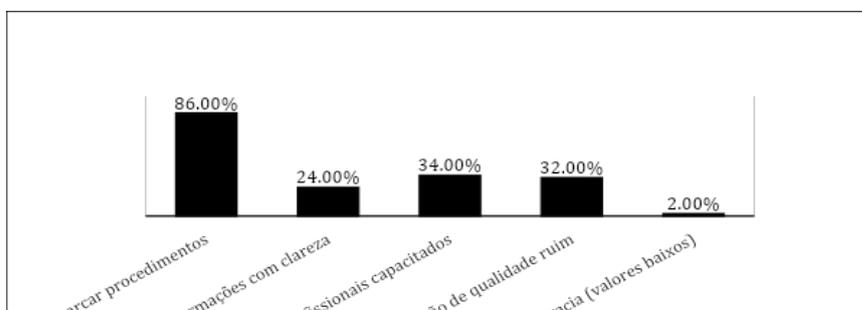
Observa-se que um total de 6% dos respondentes reside nos bairros: Linhares, Santos Anjos, São Francisco de Paula, São Judas Tadeu e São Pedro. De forma geral, nota-se uma diversificação de residência do público participante desta pesquisa, totalizando 33 bairros participantes.

Na obtenção dos dados, a maioria dos entrevistados totalizando 98% afirmou que já utilizou o Sistema Único de Saúde - SUS, enquanto 2% nunca precisaram. De acordo com essas pessoas, quando questionadas a respeito da qualidade do SUS, 60% consideram o atendimento do SUS como regular, 22% como bom, 14% como ruim e 4% como péssimo.

A maioria dos brasileiros procura pelas unidades públicas quando apresenta algum problema de saúde. Pesquisa do Ministério da Saúde, realizada em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revela que 71,1% da população foram a estabelecimentos públicos de saúde para serem atendidos. Deste total, 47,9% apontaram as Unidades Básicas de Saúde como sua principal porta de entrada aos serviços do SUS (Ministério da saúde, 2024).

Considerando os dados apresentados, e relacionando-os com os resultados da pesquisa, em que 98% dos participantes já utilizaram serviços do SUS, entende-se que esses dados estão de acordo com aqueles apresentados pelo IBGE.

A maioria dos participantes (86%) se queixa dos mesmos motivos, a demora para realizar procedimentos. O gráfico 01 mostra a opinião da população a respeito do que elas consideram o motivo de demora/dificuldade em realizar procedimentos:



**Gráfico 01:** Dificuldades que a população encontra para agendamento de procedimentos

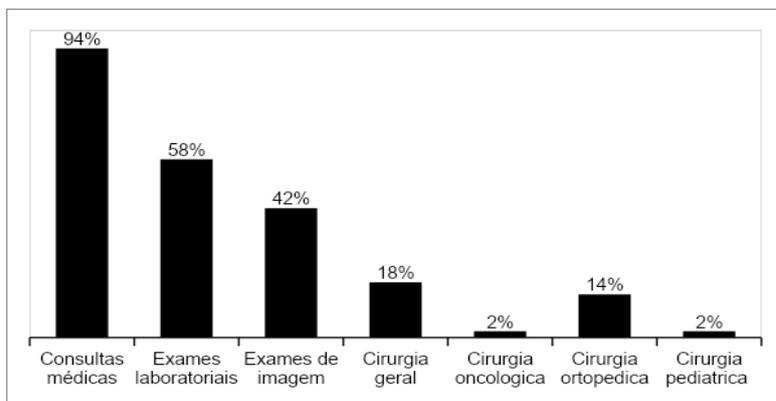
**Fonte:** Dados obtidos na pesquisa, 2024.

De acordo com o sistema Busca Saúde JF o prazo para marcações de consultas, exames e cirurgias não ultrapassa 180 dias, o site ainda mostra os dados dos meses anteriores para que a população possa ter uma ideia de quanto tempo esperar (Buscasaudejf, 2024).

Analisando os resultados apresentados no gráfico 01, observa-se que o motivo mais indicado pela população para agendar os procedimentos no SUS, é a demora para realizar a marcação de procedimentos. E conforme citado anteriormente, dados da Secretaria de Saúde de Juiz de Fora indicam um prazo máximo de 180 dias para realização de qualquer procedimento, ressaltando que alguns procedimentos saem com o prazo de até 30 dias.

Ainda quando indagados sobre a transparência das informações fornecidas pelo SUS quando se trata de consultas, exames, vacinação ou cirurgias, grande parte dos entrevistados (54%) disse que “às vezes” sentem que as informações são repassadas com clareza, minoria (12%) disse que tem acesso a todos esses dados, enquanto (34%) da população afirma que essas informações não são repassadas com objetividade e clareza.

Na esperança de ajudar a população, a prefeitura de Juiz de Fora-MG criou então um site para que os cidadãos pudessem verificar em qual posição e tempo de espera estão para realização dos seus procedimentos, porém como mostra o gráfico 02, parte da população diz não ter conhecimento a respeito.



**Gráfico 02:** Classificação da qualidade do site para verificação de tempo de espera

**Fonte:** Dados obtidos na pesquisa, 2024.

Além de 38% dos respondentes afirmarem que não conhecem esse sistema em que podem consultar sobre os procedimentos agendados, dos 62% restantes, um total de 20% disse que o sistema é ótimo ou bom. Logo, entende-se que a maioria da população participante desta pesquisa, não conhece o sistema, ou não está satisfeita com ele.

Devido à grande maioria da população ter problemas de saúde e ser de baixa renda, o único caminho para conseguirem atendimento é pelo SUS, mesmo com suas queixas de demoras e dificuldades todos os entrevistados já conseguiram utilizar os serviços fornecidos pelo SUS, sejam com consulta, exames e até cirurgias, como mostra o gráfico 03.



### **Gráfico 03:** Serviços utilizados pelos usuários do SUS

**Fonte:** Dados obtidos na pesquisa, 2024.

Ao analisar o gráfico 03, é possível verificar que todos os entrevistados já utilizaram algum dos serviços oferecidos pelo SUS. Destaca-se o serviço de consultas médicas, com 94% dos participantes afirmando que já fizeram uso desse atendimento.

Apesar de todas as queixas dos usuários do SUS, quando questionados a respeito do tempo de espera pelos procedimentos, 23% dos entrevistados disseram que não precisaram esperar muito para conseguir resolver seus problemas de saúde, 16% falaram que precisaram esperar um bom tempo, mas foram atendidos, 4% relatam que quando foram chamados os exames já tinham vencido sendo preciso reiniciar todo o processo e ainda 9% disseram que quando foram chamados já tinham resolvido de outra forma.

Grande parte da população brasileira utiliza o SUS, principalmente aqueles em situação de extrema pobreza. O médico e autor Drauzio Varella fala em diversas obras sobre a escassez de recursos, superlotação e falta de profissionais de saúde, o que afeta diretamente a qualidade do atendimento e a saúde dos usuários (Varella, 2004).

A procura pelo SUS em Juiz de Fora é recorrente, um total de 90% dos entrevistados relatam que recorrem ao SUS mensalmente devido a problemas de saúde crônicos e enquanto outros 10% responderam que não utilizam tais serviços mensalmente.

Quando questionados sobre a agilidade no tempo de resposta do SUS, 4% informaram que tiveram um retorno rápido de suas solicitações, 46% disseram que o retorno foi intermediário, não houve grande tempo de espera e os outros 50% relataram que demorou muito para resolverem suas demandas.

A prefeitura de Juiz de Fora alega que a demora nas marcações é devido à ausência do próprio paciente, que por não fazerem o cancelamento de forma correta acaba atrasando e impactando na fila de espera. Os dados fornecidos pela prefeitura ao jornal "Tribuna de Minas" apontam que 71,79% das marcações são realizadas e 11,04% deixam de ser executadas pela ausência do usuário sem uma justificativa. Considerando em números absolutos cerca 84.700 procedimentos mostram desistência, apenas 5,81% são cancelados de maneira correta e 11,84% são remarcados para outras datas (Tribuna de Minas, 2024).

Por meio desses dados, infere-se que existe contradição entre as informações dos respondentes desta pesquisa e aquelas relatadas pela Prefeitura de Juiz de Fora. O tempo de espera pelos procedimentos, pode estar relacionado com o fato apresentado acima, ou seja, ausência de cancelamento por parte dos pacientes que desistem de algum procedimento agendado no SUS.

#### **4.2 PESQUISA REALIZADA COM A GESTORA DAS CIRURGIAS ELETIVAS**

A participante poderia escolher mais de uma opção, o que justifica percentuais de resposta superiores a 100%.

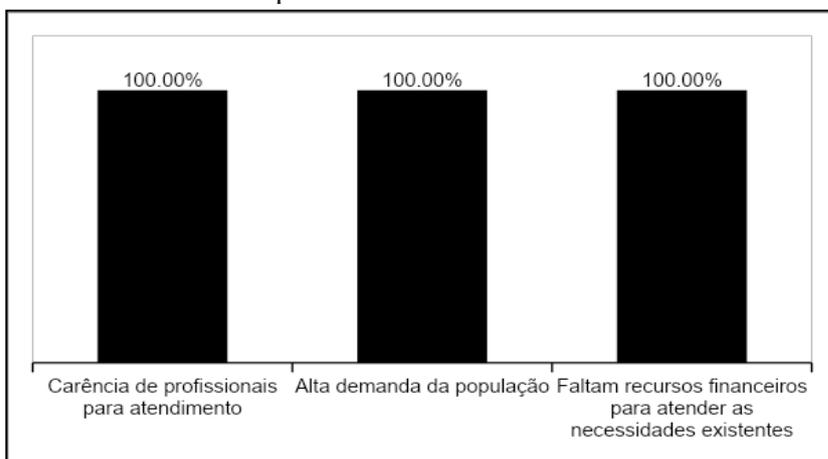
Com relação ao seu perfil, a mesma tem 43 anos e se identifica com o gênero feminino, está no cargo de supervisora há 5 anos.

Indagada sobre qual o maior problema do SUS, esta relata que a falta de profissionais capacitados, a burocracia e as tabelas com valores desatualizados são hoje os maiores problemas que o Sistema Único de Saúde enfrenta. Dentre a lista apresentada com várias especialidades de cirurgias foi relatado pela gestora que, a que tem a maior demanda reprimida é a cirurgia ortopédica.

Quando questionada sobre o sistema feito para acompanhamento da posição na fila de espera para pacientes, ela relata que não tem acesso a essa informação.

Com a grande demanda de procedimentos a serem realizados foi questionado se é comum ocorrer de pacientes terem indicação de algum procedimento médico pelo SUS e ter que esperar muito tempo, a gestora informa que sim e quando os pacientes conseguem as vagas acontecem de os exames estarem vencidos e terem que refazer, atrasando assim todo o processo e muitas vezes tendo que começar tudo novamente. Observou-se que existe coerência entre as respostas da população e da gestora nesse ponto.

A respeito da percepção da gestora sobre as longas filas de espera, esta relatou que existe alta demanda da população, carência de profissionais para o atendimento e a falta de recursos financeiros para atender todas as necessidades existentes, como mostra o gráfico 04.



**Gráfico 04:** Percepção sobre a longa fila de espera na visão da gestora.

**Fonte:** Dados obtidos na pesquisa, 2024.

Verificou-se uma consistência entre as respostas da população e da gestora no que diz respeito à percepção sobre a falta de profissionais capacitados para o atendimento. Além disso, conforme mencionado no tópico anterior, grande parte da demanda é atribuída à ausência de cancelamentos adequados dos procedimentos.

Para tentar obter o máximo de informações possíveis sobre o funcionamento da gestão para realização dos atendimentos foi questionado quais os procedimentos são agendados com mais agilidade, conforme mostra o quadro 02:

Descrição	imediate	15 dias	30 dias	60 dias	180 dias	indeterminado	Não sabe informar
consulta médica							X
exames laboratoriais							X
exames de imagem							X
cirurgia oftalmológica						X	
cirurgia cardíaca						X	
cirurgia geral						X	
cirurgia ortopédica						X	
cirurgia pediátrica						X	
cirurgia oncológica						X	
cirurgia neurológica						X	

**Quadro 02:** Tempo de espera para realização de procedimentos na visão da gestora.

**Fonte:** Dados coletados na pesquisa, 2024.

Conforme a análise do quadro, a entrevistada não soube responder quando se tratou de consultas, exames de imagem e laboratoriais, porém quando questionada a respeito das cirurgias eletivas ela diz ter um prazo indeterminado para realização desses procedimentos e ainda fomenta que o SUS não ofereça transparência em suas informações. No contexto geral ela classifica o atendimento do SUS como regular.

De acordo com o sistema do Busca Saúde JF, as informações fornecidas no site mostram uma estimativa de 180 dias para marcações de qualquer procedimento que o prazo (Buscasaudejf, 2024).

Observa-se desencontro de informações entre as respostas da gestora e o que o sistema público de saúde apresenta.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Por meio da análise dos dados coletados junto à população usuária do SUS e à gestora responsável pelas cirurgias eletivas, foi possível obter insights significativos sobre os desafios enfrentados pelo sistema de saúde local.

O que ocasiona as longas filas de espera é parte da falta de compromisso da população ao não cancelar os serviços solicitados de forma correta e parte da prefeitura que não transmite de forma clara as informações necessárias para a população.

No que se refere aos serviços do SUS mais utilizados pela população, os dados da pesquisa demonstram que é o serviço de consultas médicas.

Quanto às cirurgias que demandam mais tempo a serem executadas, os dados não permitem definição de prazo uma vez que a gestora disse que o tempo de espera é indeterminado para qualquer tipo de cirurgia. E no sistema público de saúde existe a informação de que o prazo limite são 180 dias.

Outro ponto analisado foi sobre a demanda reprimida das cirurgias eletivas, e a cirurgia ortopédica foi indicada.

Assim, analisando as hipóteses desta pesquisa infere-se que  $H_1$  foi rejeitada, uma vez que o principal motivo indicado não foi a falta de direcionamento de verbas e sim a ausência de cancelamento dos agendamentos realizados pela população. E  $H_2$  foi parcialmente rejeitada porque a defasagem da tabela vigente é um fator que motiva a longa fila de espera, mas não é o principal motivo.

A limitação principal desta pesquisa, foi a dificuldade em conseguir acesso aos gestores para responderem os questionários.

Este trabalho apresenta oportunidade para as pessoas aprenderem sobre a complexidade do Sistema Único de Saúde, incluindo seus desafios, estruturas e funcionalidade, bem como incentiva a realização de novas pesquisas que ajudem a ter entendimento sobre a gestão administrativa, principalmente o financiamento do SUS e prestação de serviços.

### **Referências:**

BIBLIOTECA VIRTUAL EM SAÚDE, MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Lei nº 8080: 30 anos de criação do Sistema Único de Saúde (SUS)**. Disponível em:

<https://bvsmms.saude.gov.br/lei-n-8080-30-anos-de-criacao-do-sistema-unico-de-saude-sus/>  
Acesso em: 08 mai. 2024

BRASIL, 2010. Ministério da Saúde. **Portaria GM/MS n. 1.919, de 15 de julho de 2010**. Redefine no âmbito do SUS a prestação de Procedimentos Cirúrgicos Eletivos. Acesso 10 jun. 2024.

BRASÍLIA, 1988. **Constituição Federal, art.196° de 5 de outubro de 1988**.

Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) Acesso em: 30 ago. 2023.

BRASÍLIA, 2015. **PROJETO DE LEI N.º 1.459, 2015 art 2**. Disponível em:

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1338695&filenam e=Avulso%20PL%201459/2015](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1338695&filenam e=Avulso%20PL%201459/2015) Acesso em: 10 jun. 2024.

BUSCA SAÚDE JF, **Estimativa de Prazo para o Atendimento**. Disponível em: [https://buscasaudejf.pjf.mg.gov.br/tempo\\_medio\\_espera](https://buscasaudejf.pjf.mg.gov.br/tempo_medio_espera) Acesso em: 27 mai. 2024.

COELHO, Daniela Mello. **Elementos Essenciais ao Conceito de Administração Gerencial**, 2000. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/622/r147-20.pdf> Acesso em: 21 mar. 2024.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, 2024. **O SUS**. Disponível em: [https://conselho.saude.gov.br/web\\_sus20anos/sus.html#:~:text=O%20SUS%20representa%20 uma%20conquista,sistema%20para%20tratar%20da%20sa%C3%BAde](https://conselho.saude.gov.br/web_sus20anos/sus.html#:~:text=O%20SUS%20representa%20 uma%20conquista,sistema%20para%20tratar%20da%20sa%C3%BAde) Acesso em: 11 mar. 2024.

GIL, Antonio C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. Grupo GEN, 2022. E-book. ISBN 9786559771653. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559771653/>. Acesso em: 08 mai. 2024.

G1-ZONA DA MATA, 2022. **Cerca de 6 mil pessoas aguardam na fila de cirurgias eletivas em Juiz de Fora**. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2022/05/02/cerca-de-6-mil-pessoas-aguardam-na-fila-de-cirurgias-eletivas-em-juiz-de-fora.ghtml> Acesso em: 18 mar. 2024.

ICICT/FIOCRUZ, 2021. **Estudo revela como a pandemia afetou os atendimentos no SUS**. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/estudo-revela-como-pandemia-afetou-os-atendimentos-no-sus>. Acesso em: 01 abr. 2024.

MINISTÉRIO DA SAÚDE, **Financiamento da Média e Alta Complexidade – MAC** Disponível em: [google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwi79qrLl\\_6EAxXDCrkGHVCIBPoQFnoECBwQAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.gov.br%2Fsaude%2Fpt-br%2Facao-a-informacao%2Fgestao-do-sus%2Fprogramacao-regulacao-controle-e-financiamento-da-mac%2Ffinanciamento-da-media-e-alta-complexidades-mac&usq=AOvVaw0HFgN4oHBSk1I6Wy9LRsVI&opi=8997844](https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwi79qrLl_6EAxXDCrkGHVCIBPoQFnoECBwQAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.gov.br%2Fsaude%2Fpt-br%2Facao-a-informacao%2Fgestao-do-sus%2Fprogramacao-regulacao-controle-e-financiamento-da-mac%2Ffinanciamento-da-media-e-alta-complexidades-mac&usq=AOvVaw0HFgN4oHBSk1I6Wy9LRsVI&opi=8997844) Acesso em: 18 mar. 2024.

MINISTÉRIO DA SAÚDE, **SUS terá fila única para cirurgias eletivas**. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2017/abril/sus-tera-fila-unica-para-cirurgias-eletivas> Acesso em: 01 abr. 2024

MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2024. **SOBRE O SUS** Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/sus> Acesso: 21 mai. 2024

MINISTÉRIO DA SAÚDE, **71% dos brasileiros têm os serviços públicos de saúde como referência**. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/71-dos-brasileiros-tem-os-servicos-publicos-de-saude-como-referencia/> Acesso em: 27 mai. 2024.

PORTAL FGV: **Pesquisa mostra os impactos do primeiro ano de pandemia nos serviços oferecidos pelo SUS**. Disponível em: <https://portal.fgv.br/noticias/pesquisa-mostra-impactos-primeiro-ano-pandemia-servicos-oferecidos-pelo-sus> Acesso em: 01 abr. 2024

TRIBUNA DE MINAS-2023. **Mais de 4.800 pacientes aguardam por cirurgias eletivas em Juiz de Fora**. Disponível em: <https://tribunademinas.com.br/noticias/cidade/10-03-2023/mais-de-4-800-pacientes-aguardam-por-cirurgias-eletivas-em-juiz-de-fora.html> Acesso em: 18 mar. 2024.

TRIBUNA DE MINAS, **Mais de 80 mil atendimentos de saúde registram faltas dos usuários em JF**. Disponível em: <https://tribunademinas.com.br/noticias/cidade/01-03-2024/faltas-atendimentos-saude.html> Acesso em: 21 mai. 2024.

VARELLA, Drauzio. **Por um fio**. Disponível em: [https://ead.ict.unesp.br/pluginfile.php/26241/mod\\_quiz/intro/Por%20um%20Fio%20-%20Drauzio%20Varella.pdf](https://ead.ict.unesp.br/pluginfile.php/26241/mod_quiz/intro/Por%20um%20Fio%20-%20Drauzio%20Varella.pdf) Acesso em: 27 mai. 2024.